

Na 2.a Auditoria denuncia contra 137 subversivos

F de S Paulo 1.7.70

O titular da 2.a Auditoria de Guerra, juiz Nelson da Silva Guimarães, recebeu ontem à tarde denúncia do promotor Durval Ayrton Moura de Araujo contra 137 integrantes da Aliança Libertadora Nacional, 11 dos quais já foram banidos do País em consequência dos sequestros dos embaladores Charles Burke Elbrick, dos Estados Unidos, e Ehrenfried von Holleben, da Republica Federal da Alemanha, bem como do consul Nobuo Okuchi, do Japão, enquadrando os indiciados em numerosos artigos da Lei de Segurança Nacional.

A denúncia desenvolve-se em 184 paginas e é dividida em quatro topicos: A escalada do terror; A atividade delituosa dos dominicanos; Ações praticadas em São Paulo; e Tipificação da atividade delituosa dos denunciados.

No primeiro topico, relata a constituição do comunismo no Brasil, salientando a primeira organização marxista fundada em Porto Alegre, em 1918, logo após a Revolução Russa, para ressaltar no final a dissidência do PCB e a organização do terrorismo em 1967, por parte de Carlos Marighela e seus adeptos. Explica e especifica a atuação da ALN, enumerando seus setores, todos coordenados por Joaquim Camara Ferreira, e aponta como fase avançada de suas ações a instalação de fabricas de metralhadoras e morteiros e a fundação de um curso de explosivos, ministrado principalmente pelo indiciado Hanz Rudolf Manz.

No segundo topico, examina a atividade delituosa dos dominicanos e acusa frei Osvaldo de ter iniciado em fins de 1967 a arregimentação e alistamento dos dominicanos do Convento da rua Calubi, nas Perdizes, embora ele há algum tempo se dedicasse às atividades politicas de esquerda através de contatos com Carlos Marighela. Em principios de 1968, juntamente com o ex-frei Bernardo Catão, então provincial da Ordem no Brasil, mantiveram encontro com Marighela, sendo conduzidos pelo medico Antonio Carlos Madeira. Naquela reunião, armaram um plano para desencadear a guerrilha rural na Região Central do Brasil. O convento da Ordem localizado em Conceição do Araguaia, no Estado do Pará, serviria para homizar os terroristas.

Aderiram a linha de Marighela os freis Osvaldo Augusto Rezende Junior, Carlos Alberto Libanio Cristo, Fernando de

Brito, João Antonio Caldas Valença, Tito de Alencar, Luis Felipe Raton Mascarenhas, Magno José Vilela, Yves do Amaral Lealbalim e Francisco de Araujo, através de reuniões realizadas no proprio convento. Também os legos Giorgio Callegari, Sivalval Itacarambi Leão e Roberto Romano da Silva aderiram ao terror e deveriam no segundo semestre de 1968 executar tarefas que recebessem de Marighela, por intermedio de frei Osvaldo, que tinha como contatos Paulo de Tarso Venesclau e Joaquim Camara Ferreira. Fizeram o levantamento da Belem-Brasilia, procurando locais para guerrilhas, às custas de Marighela, que lhes forneceu 3 mil cruzeiros para as despesas. Dividiram-se os dominicanos em três grupos e chegaram a alugar um apartamento na rua Rego Freitas, 530, onde passaram a residir freis Fernando, Beto, Magno, José Neves, Sergio Calixto e Basilio Tolentino.

Posteriormente, frei Beto foi destacado para o Rio Grande do Sul e ali conseguiu encaminhar ao exterior com documentos falsos os seguintes elementos procurados pela Policia Politica: José Roberto Arantes de Almeida, lider estudantil; José Zeferino da Silva, vulgo "Jazbas"; Airton Adalberto Mortati, vulgo "Romualdo"; Marcio Becker Machado, vulgo "Tiago"; Ana Maria Palmeira, vulgo "Heloiara", esposa do lider estudantil Vladimir Palmeira; Sebastião Mendes; Josef Calvert; Joaquim Camara Ferreira; Boenrigues de Souza Massa e Franklin de Souza Martins. Com a prisão de freis Fernando e Ivo, pelo DOPS da Guanabara, em companhia do ex-frei Sivalval, quando planejavam novas ações, a Policia Paulista teve elementos para atrair Carlos Marighela ao local das reuniões com os religiosos, na alameda Casa Branca, 800, imediações da alameda Lorena e rua José Maria Lisboa. Dia 4 de novembro do ano passado, às 19h50, a Policia preparou o cerco, servindo de "iscas" os religiosos freis Fernando e Ivo. Carlos Marighela foi ao local, e quando procurava sacar sua arma da pasta que trazia, foi morto pelos policiais, ocasião em que se verificou cerrado tiroteio, perdendo a vida a policial Estela Borges Morato e o protético Frederick Adolf Rohmann, que acidentalmente passava por aquele trecho, ficando ferido o delegado Rubens Cardoso de Melo Tucunduva.

No terceiro topico, o promotor enumera os crimes praticados pela Aliança Libertadora Nacional: 1) assalto ao carro-pagador da Massey Ferguson; 2) assalto à Industria de Explosivos Rochester; 3) atentado a bomba contra a subestação da Light no Piqueri; 4) tentativa de assalto contra a agencia do Banco Itaú-America, na Barra Funda; 5) assalto à agencia da União de Bancos Brasileiros, em Susano; 6) atenta-

do contra o 15.º BC, na avenida Cruzeiro do Sul; 7) assalto ao soldado Boaventura Rodrigues da Silva, na Penha, para roubo de sua metralhadora Ipa; 8) assalto à firma Major Relogios, na alameda Jau; 9) atentado a bomba contra o prédio da CBI, na rua Formosa; 10) assalto à Viação Leste-Oeste; 11) assalto às agencias da Caixa Economica do Estado e União de Bancos Brasileiros na avenida Guspira, no Jacaré; 12) assalto à agencia do BRADESCO, na rua Major Diogo; 13) assalto à agencia do Banco do Brasil, em Utinga; 14) assalto à Empresa de Ônibus Alto do Pari, na rua Joaquim Carlos; 15) assalto à agencia do BRADESCO, em Vila Anastácio; 16) assalto à agencia do Banco Comercio e Industria, na av. São Gabriel; 17) atentado a bomba contra a Light, na rua Xavier de Toledo; 18) roubo de um revolver Taurus, do soldado Almir Barros Cavalcanti, em Vila Mariana; 19) assalto contra a agencia do Banco Itaú-America, na rua Pamplona; 20) atentado contra a RP-21, no Conjunto Nacional; 21) assalto à agencia do BRADESCO, na rua Major Diogo; 22) roubo de 12 automoveis empregados nos assaltos.

No derradeiro capitulo, o promotor denuncia os 137 elementos, entre os quais figuram todos os nomes já assinalados, inclusive os dos religiosos, bem como os de Takao Amago, seu irmão João Amago, Francisco Gomes da Silva, Celso Antunes Horta, Denilson Luis de Oliveira, Carlos Eduardo Pires Fleury, Manoel Cirino de Oliveira Neto, Carlos Alberto Lobão da Silveira Cunha, Maria Aparecida dos Santos, Antenor Meyer, Maria Aparecida Costa, Airton Medeiros Cavendish, Aton Fon Filho, Miguel Nacamura, Osmilda Alice Gar-

cia, Arno Preis, Luis Roberto Clauzet, sua esposa Rose Meire, Carlos Guilherme Penafiel, Ana Vilma Vasconcelos, Rolando Prate, Cicero Silveira Viana, Edmur Pericles de Camargo, Aluisio Nunes Ferreira Filho, Helio Garcia, e numerosos outros, entre os quais varios elementos banidos do territorio nacional, muitos foragidos, e varios comprometidos em outros processos sobre terrorismo que tramitam pela Justiça Militar.

Guararapes

RECIFE (Do correspondente) — Baseado no conteúdo do IPM aberto em torno do atentado terrorista verificado no dia 25 de julho de 1966, no aeroporto dos Guararapes, quando morreram duas pessoas e 13 ficaram feridas, o procurador-militar Francisco de Paula Accioly denunciou ontem, como responsável pelo crime, os engenheiros Edinaldo Miranda de Oliveira e Ricardo Zarattini Filho.

No processo, composto de quatro volumes com mil folhas e dezenas de depoimentos, consta que o primeiro dos implicados está preso em uma das unidades militares do Estado, enquanto o outro, banido do territorio nacional, há algum tempo, juntamente com varios terroristas, está num país da America Central.

O acusado Ricardo Zarattini Filho, por estar banido do País, deixará de prestar depoimentos, ao contrario de Edinaldo Miranda de Oliveira, que é infrator dos artigos 4, inciso 1 e 6, letra b, da revogada lei n.º 1.802, de 5 de janeiro de 1953, combinados com o artigo 33, do revogado Codigo Penal Militar.